

UFV -
Pitombeira S.A

Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações dos resultados | 7 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 11 |



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da
UFV – Pitombeira S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ufv - Pitombeira S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ufv - Pitombeira S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

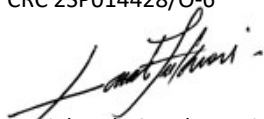
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

UFV Pitombeira S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|------|----------------|----------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | 16.196 | 21.663 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 325 | 8.092 |
| Investimentos de curto prazo | 5 | 10.184 | 10.822 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 5.054 | 1.739 |
| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | | 427 | 855 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 159 | 155 |
| Outros ativos | | 47 | - |
| Não circulante | | 269.900 | 281.648 |
| Imobilizado | 7 | 269.246 | 280.772 |
| Intangível | | 654 | 876 |
| Total do ativo | | 286.096 | 303.311 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | 8.143 | 8.872 |
| Fornecedores | 8 | 3.725 | 1.770 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 1.972 | 2.957 |
| Arrendamentos | 11.1 | 66 | 59 |
| Salários e férias a pagar | | 203 | 295 |
| Impostos e contribuições sociais a recolher | | 2 | 4 |
| Outros tributos a pagar | | 181 | 103 |
| Provisões | 10 | 1.961 | 3.684 |
| Outros passivos | | 33 | - |
| Não circulante | | 122.505 | 124.026 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 121.608 | 123.225 |
| Arrendamentos | 11.1 | 199 | 93 |
| Provisões | 10 | 698 | 708 |
| Patrimônio líquido | | 155.448 | 170.413 |
| Capital social | 12 | 198.293 | 198.293 |
| Prejuízos acumulados | | (42.845) | (27.880) |
| Passivo e patrimônio líquido | | 286.096 | 303.311 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|------|-----------------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 13 | 33.806 | 15.565 |
| Custos operacionais | 14 | (37.180) | (20.705) |
| Prejuízo operacional | | (3.374) | (5.140) |
| Despesas operacionais | 14 | (1.516) | (1.587) |
| Despesas gerais e administrativas | | (1.516) | (1.613) |
| Outras Receitas Operacionais | | - | 26 |
| Prejuízo antes do resultado financeiro | | (4.890) | (6.727) |
| Resultado Financeiro | | (10.087) | (17.855) |
| Despesas financeiras | 15 | (11.785) | (20.722) |
| Receitas financeiras | 15 | 1.698 | 2.867 |
| Prejuízo antes do do imposto de renda e da contribuição social | | (14.977) | (24.582) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16 | 12 | - |
| Prejuízo do exercício | | (14.965) | (24.582) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|-----------------|-----------------|
| Prejuízo do exercício | (14.965) | (24.582) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | (14.965) | (24.582) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
|---|-----------------------|-----------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 23.793 | (3.298) | 20.495 |
| Aumento de capital | 174.500 | - | 174.500 |
| Prejuízo do exercício | - | (24.582) | (24.582) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 198.293 | (27.880) | 170.413 |
| Prejuízo do exercício | - | (14.965) | (14.965) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 198.293 | (42.845) | 155.448 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|------|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo do exercício | | (14.965) | (24.582) |
| Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Depreciação e amortização | | 12.069 | 11.092 |
| Encargos de dívidas empréstimos | 9.b | 11.445 | 20.308 |
| Encargos de dívidas arrendamentos | | 26 | 24 |
| Receita de aplicações financeiras | | (1.488) | (2.009) |
| Baixa do ativo intangível | | - | 85 |
| | | 7.087 | 4.918 |
| (Aumento) no ativo | | | |
| Contas a receber de clientes | | (3.350) | (1.688) |
| Tributos e contribuições sociais a compensar | | 428 | 841 |
| Despesas pagas antecipadamente | | (6) | 49 |
| Outros ativos circulantes e não circulantes | | (12) | (68) |
| | | (2.940) | (866) |
| (Redução) Aumento no Passivo | | | |
| Fornecedores | | 1.956 | 2.836 |
| Salários, férias a pagar | | 33 | (85) |
| Impostos e contribuições sociais a recolher | | (92) | (156) |
| Provisões | | (1.724) | (4.392) |
| Outros passivos circulantes | | (68) | - |
| | | 105 | (1.797) |
| Impostos e contribuições pagos sobre o lucro | | - | - |
| Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais | | 4.252 | 2.255 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Aplicações em títulos e valores mobiliários | | (31.355) | (291.978) |
| Resgates em títulos e valores mobiliários | | 33.481 | 283.898 |
| Adições no imobilizado | 7 | (155) | (6.636) |
| Adições no intangível | | (5) | (1.123) |
| Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos | | 1.966 | (15.839) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas | | - | 156.900 |
| Empréstimos tomados | | - | 123.712 |
| Amortização de principal de empréstimos e financiamentos | 9.b | (560) | (200.000) |
| Amortização de juros s/ empréstimos e financiamentos | 9.b | (13.334) | (59.164) |
| Amortização de principal de arrendamentos | | (65) | (58) |
| Amortização de juros s/ arrendamentos | | (26) | (24) |
| Caixa líquido aplicado (proveniente) nas atividades de financiamentos | | (13.985) | 21.366 |
| Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa | | (7.767) | 7.782 |
| Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Saldo no início do exercício | 4 | 8.092 | 310 |
| Saldo no final do exercício | 4 | 325 | 8.092 |
| Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa | | (7.767) | 7.782 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

1 Informações gerais

A Ufv Pitombeira S.A. (“Companhia”) foi constituída em 09 de dezembro de 2013, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala I - Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 16 de julho de 2021, a Companhia em Assembléia Geral Extraordinária, alterou a razão social de Transmissoras Reunidas S.A. para Ufv Pitombeira S.A. e passou a ter como objeto social: (i) a exploração e implantação, da usina de geração de energia solar por fonte fotovoltaica Ufv Pitombeira, e de seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, no município de Aracati-CE, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) sob o CEG nº Ufv.RS.CE.034037-5.01; (ii) operação e manutenção da Ufv Pitombeira; (iii) comercialização de energia no mercado atacadista e varejista.

A Alupar, acionista controladora da Companhia, obteve em 24 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.471, emitida pela ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica – Ufv Pitombeira, bem como o sistema de interesse restrito da central geradora, constituído de uma subestação elevadora 34,5/230 kV, junto à usina, 1 X 66/88/110 MVA, e uma linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com aproximadamente 63 (sessenta e três) km de extensão conectando-a à SE Russas II.

A central geradora é constituída por 14 unidades geradoras de 3,375 MW cada, totalizando 47,25 MW de potência instalada e 46,009 MW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre. Posteriormente por meio da Resolução Autorizativa nº 11.906 de 24 de maio de 2022, foi transferida a titularidade da autorização do empreendimento da Alupar Investimento S.A. para Companhia.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, a partir da data da resolução, e a partir de 15 de dezembro de 2023 o empreendimento foi liberado pela ANEEL para início de operação em teste, por meio do Despacho nº 4.902 de 14 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogada a critério do poder concedente. Não está previsto indenização dos investimentos efetuados ao final do prazo da autorização.

A Companhia possui 50% de redução nas Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD devido o início da operação comercial de todas as unidades geradoras ter ocorrido dentro do prazo de 48 meses contados da data da sua outorga.

A Companhia obteve no dia 16 de fevereiro de 2024 autorização para início da operação comercial, conforme despacho Aneel nº 438/24 publicado no Diário Oficial nesta data.

Cortes de geração (curtailment)

A Companhia foi afetada ao longo do exercício de 2025 com o crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) afetando diretamente a receita da Companhia e os custos com compra de energia.

Neste contexto, diante do aumento expressivo de pleitos de geradores eólicos junto à ANEEL para reconhecimento dessas situações de *constrained-off*, o Despacho nº 2.303/2019 suspendeu os ressarcimentos previstos nos contratos firmados no ACR e CER até a regulamentação do tema, posteriormente disciplinada pela Resolução Normativa (REN) nº 927/2021 (consolidada pela REN nº 1.030/2022). Em síntese, o referido instrumento regulatório estabeleceu três marcos temporais para apuração dos cortes e elegibilidade à compensação:

- **Até março/2021:** Restrito a usinas no ACR/CER com pedidos de reconhecimento protocolados na ANEEL.
- **Abril/2021 a outubro/2021:** Aplicável a todas as usinas no ACR/CER, independentemente de protocolo de pedido de reconhecimento.
- **A partir de outubro/2021:** Abrangência geral a todas as usinas afetadas, independentemente do ambiente de comercialização.

A metodologia para apuração e compensação dos eventos de *constrained-off* para empreendimentos de geração com contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) foi definida através da REN nº 1.109/2024, com fluxo de recontabilizações previsto para iniciar em junho/2025, de acordo com o Comunicado CCEE nº 372/25. Em regra, o pagamento da compensação é devido apenas quando a soma dos tempos de restrição por *constrained-off* — classificados como indisponibilidade externa e acumulados desde o início do ano civil — superar a indisponibilidade média das funções de transmissão.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da Lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas eólicas e solares poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir na via administrativa, arbitral ou judicial compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e de renunciar às ações judiciais relacionadas ao curtailment. Vale ressaltar que as deliberações finais por parte da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2 Declaração de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 04 de março de 2026.

2.3 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis dos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

I. Julgamentos

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 3.2 – Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 7 – Ativo imobilizado:

II. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 – Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 7 – Ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Nota 6 - Contas a receber de clientes e nota explicativa 3.7 - Receita de geração de energia elétrica: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 7 e nota explicativa 3.4 – Imobilizado: taxa de depreciação;

3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são

subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou

esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras

de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor recuperável.

Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avaliou a evidência de desvalorização dos ativos financeiros e não financeiros com base no seu valor em uso, em função do crescimento dos cortes de geração (*curtailment*) que afetou a receita de geração de energia longo do exercício de 2025, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

Os estudos de recuperabilidade foram realizados com data-base em setembro de 2025 e não indicaram a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O teste de recuperabilidade considerou o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e anual ao longo do prazo remanescente da autorização.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, compreendendo custos de materiais, custos socioambientais, mão de obra direta e indireta, encargos financeiros elegíveis a capitalização líquida da receita de aplicações financeira e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitada pelo prazo de autorização de exploração do parque.

3.5 Tributação

Em 2025 e 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real.

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - Lucro Real 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Lucro Real 7,60%,

Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%).

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui processos judiciais com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

3.7 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.8 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2025 é de R\$ 215,87 MH/h (R\$ 168,78 MH/h em 2024).

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.10 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Em vigor desde 1º de janeiro de 2025

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, são:

| Norma ou interpretação | Descrição | Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após |
|---|--|--|
| CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras | Ausência de conversibilidade / permutabilidade | 01 de janeiro de 2025 |
| OCPC 10 – Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO) | Garantir a consistência das informações financeiras intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade | 01 de janeiro de 2025 |

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

| Norma ou interpretação | Descrição | Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após |
|--|--|---|
| CPC 36 (R2) Demonstrações consolidadas | Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture | Não definida |
| IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao Clima | Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima | Adoção voluntária a partir de 01.01.2024 e obrigatória a partir de 01.01.2026 para companhias abertas |
| CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros | Classificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros | 01 de janeiro de 2026 |
| CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto | Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture | 01 de janeiro de 2026 |
| IFRS 18 – Apresentação e divulgação em Informações Financeiras Intermediárias | Nova norma que altera a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação | 01 de janeiro de 2027 |
| IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações | Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos | 01 de janeiro de 2027 |

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e espera impactos substanciais nas demonstrações contábeis na adoção da norma IFRS 18.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------------------|------------|------------|
| Banco conta movimento | 325 | 8.092 |

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, com liquidez imediata, a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimentos de curto prazo

| | Remuneração média | | | |
|--|-------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Fundo de Investimento - STA Energia | 100,44% do CDI | 94,99% do CDI | 6.635 | 7.635 |
| Fundo de Investimento – Banco Nordeste | 92% do CDI | 92% do CDI | 3.549 | 3.187 |
| | | | 10.184 | 10.822 |

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em

operações compromissadas e títulos públicos e no Fundo Soberado BNB, cujo objetivo é acompanhar as variações dos certificados de depósitos interfinanceiros (CDI).

6 Contas a receber de clientes

| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-------------|--------------|--------------|
| Suprimento de energia elétrica | | - | 537 |
| Suprimento de energia elétrica - Partes relacionadas | 10.1 | 4.723 | 990 |
| Ajuste positivo CCEE | | 331 | 212 |
| | | 5.054 | 1.739 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias. Em 31 de dezembro de 2025, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

7 Imobilizado

O saldo de Imobilizado é composto pelos custos de aquisição para construção do empreendimento conforme demonstrado abaixo:

| | 31/12/2023 | Adições | Transferencias | Outros (i) | 31/12/2024 | Adições | Outros (i) | 31/12/2025 |
|---|----------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|------------|-----------------|
| <u>Imobilizado em serviço</u> | | | | | | | | |
| Edificacoes, Obras Civas e Benfeitorias | - | - | 46.784 | - | 46.784 | 50 | - | 46.834 |
| Maquinas e Equipamentos | - | 49 | 245.222 | (1.351) | 243.920 | 105 | - | 244.025 |
| Direito de uso sobre arrendamento | - | - | - | 172 | 172 | - | 175 | 347 |
| | - | 49 | 292.006 | (1.179) | 290.876 | 155 | 175 | 291.206 |
| <u>Em curso</u> | | | | | | | | |
| Adiantamento a fornecedores | 1.338 | 171 | (172) | (1.337) | - | - | - | - |
| Maquinas e Equipamentos | - | - | - | 10 | 10 | - | (10) | - |
| Material em Deposito | - | - | - | 728 | 728 | - | - | 728 |
| A ratear | 275.077 | 6.416 | (291.834) | 10.341 | - | - | - | - |
| Total do custo do imobilizado | 276.415 | 6.636 | - | 8.563 | 291.614 | 155 | 165 | 291.934 |
| <u>Depreciação</u> | | | | | | | | |
| Edificações, Obras Civas e Benfeitorias | - | (1.650) | - | - | (1.650) | (1.800) | - | (3.450) |
| Máquinas e Equipamentos | - | (9.156) | - | - | (9.156) | (9.982) | - | (19.138) |
| Direito de uso sobre arrendamento | - | (36) | - | - | (36) | (64) | - | (100) |
| Total da depreciação | - | (10.842) | - | - | (10.842) | (11.846) | - | (22.688) |
| Total do imobilizado líquido | 276.415 | (4.206) | - | 8.563 | 280.772 | (11.691) | 165 | 269.246 |

(i) Outros em 2024 refere-se a remensuração de arrendamentos, baixa de adiantamento de fornecedores e provisões de constituição de ativos e ambientais que foram capitalizados e em 2025 referem se a remensuração de arrendamentos

A Companhia realizou, no encerramento do exercício de 2025, a análise de indicativos de perda por impairment em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Após essa análise a Companhia identificou indicativos de Impairment e conforme exigido pelas normas contábeis, realizou teste em relação ao valor recuperável dos ativos. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representa a avaliação de tendências futuras da Administração no segmento e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

- Para fins de definição de Unidade Geradora de Caixa a companhia considerou o parque solar UFV Pitombeira como sendo uma única fonte geradora de caixa;

- O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir do fluxo de caixa projetado, descontado a uma taxa média de custo de capital (WACC) de 9,77%, apurada antes dos impostos;

- O período projetivo utilizado para elaboração do fluxo de caixa descontado considerou o prazo de autorização determinado pelo poder concedente.

- O volume de geração de energia e preço projetado no período levou em consideração a energia assegurada, os preços e período dos contratos já firmados pela Companhia e, para o período de venda a descoberto, foram consideradas as curvas de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

- Para a estimativa dos cortes de geração de energia (*curtailmente*) foi considerado no período projetivo uma curva descendente no percentual dos cortes de geração de energia levando em consideração os seguintes fatores: (i) aprovação da Lei 15.269/2025 que deu provimento as empresas eólicas e solar em relação aos cortes de natureza de Confiabilidade; (ii) Expansão das linhas de Transmissão no Nordeste; (iii) Avanço nos leilões relacionado aos projetos de armazenamento de baterias e (iv) Modernização regulatória, trazendo mecanismos de compensação financeira relacionada ao consumo em horário de baixa tensão e abertura do mercado livre.

Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar potencial desvalorização nos ativos, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício. A administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

8 Fornecedores

| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|------|--------------|--------------|
| Suprimento de energia elétrica partes relacionadas | 10.1 | 2.724 | 594 |
| Custo do uso do serviço de transmissão | | 279 | 265 |
| Materiais e serviços | | 212 | 440 |
| Retenção Contratual | | 424 | 438 |
| Outros | | 86 | 33 |
| | | 3.725 | 1.770 |

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações assim como o Custo de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizados sem envolvimento de operação de “forfait”.

9 Empréstimos

| Financiadores | Data de contratação | Vencimento | Principal contratado | (% a.a.) Taxa efetiva | Periodicidade da amortização (Principal/Juros) | 31/12/2025 | | | 31/12/2024 | | |
|--|---------------------|------------|----------------------|-----------------------|--|----------------|---------------------|----------------|----------------|---------------------|----------------|
| | | | | | | Principal | Encargos de dívidas | Total | Principal | Encargos de dívidas | Total |
| Banco do Nordeste - BNB | 28/06/2024 | 15/07/2048 | 125.000 | 5,03% IPCA | Mensal | 1.532 | 500 | 2.032 | 561 | 2.450 | 3.011 |
| (-) Custo de captação - a apropriar | - | - | - | - | - | (60) | - | (60) | (54) | - | (54) |
| Total | | | | | | 1.472 | 500 | 1.972 | 507 | 2.450 | 2.957 |
| Moeda nacional - não circulante | | | | | | | | | | | |
| Banco do Nordeste - BNB | 28/06/2024 | 15/07/2048 | 125.000 | 5,03% IPCA | Mensal | 122.906 | - | 122.906 | 124.440 | - | 124.440 |
| (-) Custo de captação - a apropriar | - | - | - | - | - | (1.298) | - | (1.298) | (1.215) | - | (1.215) |
| Total | | | | | | 121.608 | - | 121.608 | 123.225 | - | 123.225 |
| Total geral | | | | | | 123.080 | 500 | 123.580 | 123.732 | 2.450 | 126.182 |

1º Emissão de debentures

Em 22 de setembro de 2022, a Companhia realizou a 1º Emissão de 200.000 debentures, totalizando R\$ 200.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caputs, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos. Os liquidantes são a Alfa Corretora e a NuInvest, sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. As debêntures tiveram o vencimento de 2 anos contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 22 de setembro de 2024. A amortização do principal e juros ocorreu em parcela única na data do vencimento. A remuneração foi de 100% das taxas médias diárias do DI – (Depósitos interbancários, acrescida de spread de 1,28% ao ano (base 252 dias).

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

Em 04 de setembro de 2024 a Companhia realizou a quitação da primeira emissão de debêntures no montante de R\$ 257.069 com os recursos provenientes do AFAC e do contrato de financiamento captado junto o Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB).

Empréstimos BNB

Em 28 de junho de 2024 a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Contrato de Financiamento por instrumento Particular nº 2.101.914 de 02/07/2024, no valor de R\$ 125.000 . Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação em 07 de agosto de 2024, no montante de R\$ 118.000 e no dia 17 de outubro de 2024 o montante de R\$7.000.

O financiamento possui como fator de correção Juros Básicos Fixo de 5,03 % ao ano e sobre os Juros Básicos Fixos incidirão os Juros Básicos Variáveis (JBV) com base no Fator de Atualização Monetária (FAM) apurado pela variação do IPCA.

O principal do financiamento começou a ser amortizado em 15 de agosto de 2025 Os juros começaram a ser amortizados em 14 de outubro de 2024 no total de 276 parcelas mensais consecutivas.

Para contratação do Financiamento foi exigido contratação de Fiança Bancária em favor do Banco, no valor equivalente a liberação do recurso financiado. A Fiança será mantida até a data efetiva da liquidação do contrato. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2025. A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas nos contratos de empréstimos.

A movimentação dos empréstimos e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

| Financiador | 31/12/2024 | Captações | Provisão de Encargos | Variação monetária | Amortização de principal | Amortização de juros | 31/12/2025 |
|-------------------------------------|----------------|--------------|----------------------|--------------------|--------------------------|----------------------|----------------|
| Moeda nacional | | | | | | | |
| Banco do Nordeste - BNB | 127.451 | - | 5.445 | 5.938 | (560) | (13.334) | 124.940 |
| (-) custo de captação - a amortizar | (1.269) | (153) | 62 | - | - | - | (1.360) |
| Total | 126.182 | (153) | 5.507 | 5.938 | (560) | (13.334) | 123.580 |

| Financiador | 31/12/2023 | Captações | Provisão de Encargos | Variação monetária | Amortização custos de captação | Amortização de principal | Amortização de juros | 31/12/2024 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------------|--------------------|--------------------------------|--------------------------|----------------------|----------------|
| Moeda nacional | | | | | | | | |
| 1º Emissão de debentures | 237.546 | - | 1.927 | 17.596 | - | (200.000) | (57.069) | - |
| Banco do Nordeste - BNB | - | 125.000 | 2.521 | 2.025 | - | - | (2.095) | 127.451 |
| (-) custo de captação - a amortizar | (184) | (1.287) | - | - | 202 | - | - | (1.269) |
| Total | 237.362 | 123.713 | 4.448 | 19.621 | 202 | (200.000) | (59.164) | 126.182 |

As parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (líquido dos custos a amortizar):

| 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | Após 2031 | Dívida Total |
|------|-------|-------|-------|-------|-----------|----------------|
| 435 | 1.851 | 2.136 | 2.437 | 2.758 | 111.991 | 121.608 |

10 Provisões

| Natureza | 31/12/2024 | Realizações | 31/12/2025 |
|--|--------------|----------------|--------------|
| Provisões de constituição de ativos (a) | 3.684 | (1.724) | 1.961 |
| Provisões para compensações ambientais (b) | 708 | (10) | 698 |
| Total | 4.392 | (1.734) | 2.659 |
| Circulante | 3.684 | | 1.961 |
| Não Circulante | 708 | | 698 |
| | 4.392 | | 2.659 |

- (a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.
- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual as controladas da Companhia realizam, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção das Usinas e parques Eólicos. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.

11 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

11.1 Transações com partes relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|----------------|------------|
| <u>Ativo circulante - partes relacionadas</u> | | |
| Contas a receber de clientes - Alupar Investimento S.A | 1.774 | 990 |
| Contas a receber de clientes - ACE Comercializadora | 2.949 | - |
| | 4.723 | 990 |
| <u>Passivo circulante - partes relacionadas</u> | | |
| Compra energia - ACE Comercializadora | (2.724) | - |
| Arrendamentos - Alupar Investimento S.A | 66 | 59 |
| Prestação de serviços - AF Energia S.A | 25 | 25 |
| | (2.633) | 84 |
| <u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u> | | |
| Arrendamentos - Alupar Investimento S.A | 199 | 93 |

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|------|-----------------|----------------|
| <u>Receitas - partes relacionadas</u> | | | |
| Venda de Energia - Alupar Investimento S.A. | 12 | 5.262 | 650 |
| Venda de Energia - ACE Comercializadora | 12 | 21.641 | 3.759 |
| | | 26.903 | 4.409 |
| <u>Custos e Despesas - partes relacionadas</u> | | | |
| Compra de energia - Alupar Investimento S.A | 13 | - | (2.259) |
| Compra de energia - ACE Comercializadora | 13 | (19.494) | - |
| Prestação de serviços - AF Energia S.A | | (68) | (25) |
| Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimentos S.A | | (25) | (25) |
| | | (19.587) | (2.309) |

11.2 Garantias

| Data da Autorização | Órgão Autorizador | Empresa Garantiadora | Contrato | Garantia | Início do Contrato | Encerramento do Contrato | Valor do Contrato | Saldo devedor do contrato em 31/12/2025 |
|---------------------|-------------------|----------------------|----------|---|--------------------|--------------------------|-------------------|---|
| 16/06/2020 | 30/10/2026 | Alupar | Fiança | Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100422090202100 - ONS | 16/06/2020 | 30/10/2026 | 524 | 524 |
| 29/07/2024 | 29/07/2026 | Alupar | Fiança | Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2024.1100.31158 assinado em 27/06/2024 | 29/07/2024 | 29/07/2026 | 125.000 | 124.940 |

11.3 Remuneração da alta administração

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 30 de abril de 2025 e 17 de maio de 2024, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 210, pagos no mesmo montante para o exercício social de 2025 e R\$ 443 no exercício de 2024, na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2025.

12 Patrimônio líquido

Em 03 de junho de 2024 a Companhia, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 75.500. Assim, o capital social, que era de R\$ 23.793, passou a ser de R\$ 99.293, mediante a emissão de 75.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1. O total de ações ordinárias que era de 23.793.292, passou a ser 99.293.292.

O aumento de capital foi subscrito e integralizado da seguinte forma: (i) Subscritas pela Alupar Investimento S.A., com renúncia expressa da acionista AF Energia S.A. ao direito de preferência para subscrição destas ações, 75.500.000 (setenta e cinco milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes ao valor de R\$ 75.500, integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 03 de setembro de 2024 a acionista Alupar Investimento S.A. realizou o AFAC no montante de R\$ 99.000.

Em 13 de dezembro de 2024 a Companhia, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 99.000. Assim, o capital social, que era de R\$ 99.292, passou a ser de R\$ 198.293, mediante a emissão de 99.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1. O total de ações ordinárias que era de 99.293.292, passou a ser 198.293.292.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

| | 31/12/2025 e 31/12/2024 | |
|--------------------------|-------------------------|----------------|
| | Ordinárias | |
| | Quantidade | % |
| <u>Acionistas</u> | | |
| Alupar Investimento S.A | 198.293.291 | 100,00% |
| AF Energia S.A | 1 | 0,00% |
| Total das ações | 198.293.292 | 100,00% |

13 Receita operacional líquida

| | Nota | Mwh | 31/12/2025 | Mwh | 31/12/2024 |
|---|------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| Receita de geração de energia elétrica | | | | | |
| Suprimento de energia - ambiente livre | | 36.422 | 9.436 | 69.937 | 11.716 |
| Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas | 10.1 | 112.489 | 26.903 | 25.931 | 4.409 |
| Ajuste positivo CCEE | | - | 630 | - | 969 |
| | | 148.911 | 36.969 | 95.868 | 17.094 |
| Deduções | | | | | |
| PIS - Programa de integração social | | | (564) | | (273) |
| COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social | | | (2.599) | | (1.256) |
| | | | (3.163) | | (1.529) |
| Receita operacional líquida | | | 33.806 | | 15.565 |

14 Custos e despesas operacionais

| | Nota | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|---|------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | Custos operacionais | Despesas operacionais | Custos operacionais | Despesas operacionais |
| Custos não gerenciáveis | | | | | |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (3.020) | - | (2.872) | - |
| Doações, contribuições e subvenções | | - | - | - | (8) |
| | | (3.020) | - | (2.872) | (8) |
| Custos gerenciáveis | | | | | |
| Energia comprada para revenda | | (662) | - | (3.413) | - |
| Energia comprada partes relacionadas | 10.1 | (19.494) | - | (2.259) | - |
| Seguros | | (294) | - | (494) | - |
| Alugueis | | (3) | (41) | (32) | (21) |
| Pessoal | | (705) | (718) | (128) | (679) |
| Material | | (60) | (30) | (36) | (8) |
| Honorários de diretoria | | (297) | - | - | (387) |
| Serviços de Terceiros | | (508) | (461) | (387) | (425) |
| Serviços de Terceiros - Partes relacionadas | 10.1 | (68) | - | (25) | - |
| Outros despesas | | (64) | (202) | (3) | (50) |
| Outras receitas | | - | - | - | 26 |
| | | (22.155) | (1.452) | (6.777) | (1.544) |
| Depreciação e Amortização | | (12.005) | (64) | (11.056) | (35) |
| | | (12.005) | (64) | (11.056) | (35) |
| Total | | (37.180) | (1.516) | (20.705) | (1.587) |

A Companhia apresentou custos operacionais de R\$ 37.180 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 20.705 no período de 16 de fevereiro a 31 de dezembro 2024. O aumento entre um período e outro é justificado principalmente pelo aumento de compra de energia para honrar os contratos firmados de venda de energia, apresentando o montante de R\$ 19.494 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 2.259 em 31 de dezembro de 2024, ocasionado principalmente pelo efeito do crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) que afetou a companhia durante o exercício de 2025.

15 Resultado financeiro

| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|------|-----------------|-----------------|
| Despesas Financeiras | | | |
| Encargos sobre empréstimos e financiamentos | 8.b | (11.445) | (20.308) |
| Encargos sobre arrendamentos | | (26) | (24) |
| Outros | | (314) | (391) |
| Total | | (11.785) | (20.722) |
| Receitas Financeiras | | | |
| Receita de aplicações financeiras | | 1.631 | 2.765 |
| Outros | | 67 | 102 |
| Total | | 1.698 | 2.867 |
| Total Líquido | | (10.087) | (17.856) |

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|------------|------------|
| a) Composição dos tributos no resultado: | | |
| Na rubrica de tributos: | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 12 | - |
| Total | 12 | - |
| b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa: | | |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | (14.977) | (24.582) |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais | 5.092 | 8.358 |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva | | |
| Incentivo Fiscal diferido | 12 | - |
| Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido | (5.076) | (8.382) |
| Despesas não dedutíveis para fins fiscais | (15) | 21 |
| Provisões para o qual não foi constituído imposto diferido | (11) | 5 |
| Arrendamento (CPC 06) para o qual não foi constituído imposto diferido | 1 | (5) |
| Outras | 9 | 3 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | 12 | - |
| Alíquota efetiva | 0% | 0% |

17 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste,

com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | | Mensuração do valor justo | Classificação por categoria |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------------------|-----------------------------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | | |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa e bancos | 325 | 325 | 8.092 | 8.092 | - | Custo amortizado |
| Investimentos de curto prazo | 10.184 | 10.184 | 10.822 | 10.822 | Nível II | Valor justo por meio de resultado |
| Contas a receber de clientes | 5.054 | 5.054 | 1.739 | 1.739 | - | Custo amortizado |
| | 15.563 | 15.563 | 20.653 | 20.653 | | |
| Passivo | | | | | | |
| Fornecedores | 3.725 | 3.725 | 1.770 | 1.770 | - | Custo amortizado |
| Empréstimos e financiamentos | 123.580 | 123.580 | 126.182 | 126.182 | - | Custo amortizado |
| | 127.305 | 127.305 | 127.952 | 127.952 | | |

Empréstimos e financiamentos: em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

17.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar

no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

Para cada cenário foi calculada a despesa e receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

| | | Projeção Receitas Financeiras - Um Ano | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------|--|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|-------|
| Indexador | Posição em 31/12/2025 | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) | |
| | | 7,50% | 11,25% | 15,00% | 18,75% | 22,50% | |
| Investimento de curto prazo | CDI | 10.184 | 764 | 1.146 | 1.528 | 1.910 | 2.291 |

| | | Projeção Despesas Financeiras - Um Ano | | | | | | |
|-----------|--------------------|--|------------------|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|--------|
| Indexador | Taxa de juros a.a. | Posição em 31/12/2025 (*) | Cenário I (-50%) | Cenário II (-25%) | Cenário provável | Cenário III (+25%) | Cenário IV (+50%) | |
| | | | 4,40% | 6,59% | 8,79% | 10,99% | 13,19% | |
| BNB | IPCA | 4,96% | 124.940 | 11.960 | 14.842 | 17.724 | 20.606 | 23.487 |

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação

18 Transações não envolvendo caixa

Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

| Nota | Saldo em 31/12/2024 | Efeito caixa | | Efeito não caixa | | Saldo em 31/12/2025 |
|--|------------------------|----------------------------|-----------------|--------------------|-------------|------------------------|
| | | Amortização / Pagamento | Encargos | Adições/ baixas | | |
| Aumento (diminuição) de passivos financiamento | | | | | | |
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 8.b | 126.182 | (13.894) | 11.445 | (153) | 123.580 |
| Arrendamentos | | 152 | (137) | 185 | 65 | 265 |
| Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento) | | 126.334 | (14.031) | 11.630 | (88) | 123.845 |

| Nota | Saldo em 31/12/2023 | Efeito caixa | | Efeito não caixa | | Saldo em 31/12/2024 | |
|--|------------------------|--------------------------|----------------------------|------------------|--------------------|------------------------|----------------|
| | | Ingressos / Captações | Amortização / Pagamento | Encargos | Adições/ baixas | | |
| Aumento (diminuição) de passivos financiamento | | | | | | | |
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 8.b | 237.362 | 125.000 | (259.164) | 24.069 | (1.287) | 125.980 |
| Arrendamentos | | - | 143 | (58) | 24 | 43 | 152 |
| AFAC | | 17.600 | 156.900 | - | - | (174.500) | - |
| Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento) | | 237.362 | 125.143 | (259.222) | 24.093 | (1.244) | 126.132 |

19 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 81 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2024) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

* * *